

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/SUB-PA/2026

PROCESSO: 6047.2026/0000623-0

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem em conformidade e atendendo ao Estudo Técnico Preliminar e as especificações do Termo de Referência.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/05/2026 as 12:00hs

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento legal
- 2** Objeto
- 3** Condições de participação
- 4** Da participação de licitantes sob a forma de consórcio
- 5** Acesso às informações
- 6** Impugnação do edital
- 7** Do orçamento estimado
- 8** Apresentação da proposta de preços
- 9** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços
- 10** Etapa de lances e negociação

- 11** Modo de disputa
- 12** Julgamento
- 13** Habilitação
- 14** Fase recursal
- 15** Adjudicação e homologação
- 16** Preço e dotação
- 17** Condições do ajuste
- 18** Penalidades
- 19** Disposições gerais

II ANEXOS

- ANEXO I:** Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Execução do Objeto
- ANEXO II:** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO II-A:** Planilha de Composição de Custos Unitários
- ANEXO III:** Modelo de Declarações
- ANEXO IV:** Critérios para Análise Econômico-Financeira
- ANEXO V:** Minuta de Contrato

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Subprefeitura Parelheiros, situada na Estrada Ecoturística de Parelheiros, 5.252 – Jardim dos Álamos, São Paulo, Capital, CEP 04883-025, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem em conformidade e atendendo ao Estudo Técnico Preliminar e as especificações do Termo de Referência.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925083, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 12:00 h. do dia 29/05/2026.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Parelheiros e/ou no site de divulgação do Compras GOV - <https://www.gov.br/compras>.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015, da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem em conformidade e atendendo ao Estudo Técnico Preliminar e as especificações do Termo de Referência, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme sintetizado a seguir:

ITEM	QTD	OBJETO
------	-----	--------

1	10	Fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem
---	----	---

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

- a)** atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
- b)** possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

b.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas**.

b.2) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- c)** ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- d)** não estar em processo de falência;

3.2 **NÃO** é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº

8.429/1992.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) OSCIPs atuando nessa condição;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

h) sociedades cooperativas.

3.2.1 Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, agente público do(a) Subprefeitura Parelheiros, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.1.1 As vedações previstas na cláusula 3.2.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 Será obrigatório o recolhimento de **garantia da proposta**, deverá respeitar o disposto na Portaria SF nº 338, de 02 de dezembro de 2021.

3.4.1 Fazer constar nas informações da garantia, número do processo eletrônico,

número da licitação pública, objeto licitado, validade da garantia.

3.5 O valor da garantia para o presente objeto será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3.6. A licitante deverá seguir as orientações da Portaria SF 76/2019 e SF 338/2021 e suas alterações.

3.7. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame;

3.8. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. O conteúdo da apólice deverá apresentar a conformidade do Anexo IX da Portaria 76/2019, seguir o tipo de modalidade escolhida;

3.10. A apólice deverá ser apresentada junto com o Envelope nº 1 - Proposta e acompanhado:

3.10.1. Do arquivo apólice em formato PDF digital e impresso e o número chave de consulta do controle interno;

3.10.2. Para conferência do documento, deverão ser apresentados, junto com o documento os seguintes relatórios:

a- confirmação de autenticidade da Apólice: <https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia>;

b- confirmação de que a seguradora consta na relação de empresas registradas na SUSEP: https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura_2011.asp;

c- confirmação da assinatura digital constante na Apólice: <https://validar.iti.gov.br/>;

d- confirmação de que os representantes da seguradora que assinaram a Apólice constam como administradores nos cadastros na SUSEP: https://www2.susep.gov.br/safe/mercado/certidoes/emite_certidoes_2011.asp

3.11. A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1 *É vedada, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio.*

5 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico licitacaoparelheiros@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

5.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, licitacaoparelheiros@smsub.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

6.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados no item 6.1.1.a.

6.2 Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

6.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

6.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

7.1.1. A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

- a)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;
- c)** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

8.3 A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

- 8.4** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 8.5** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.6** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 8.7** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.8** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.
- 8.9** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 8.10** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, acompanhada da planilha de composição de custos unitários, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexos II e II-A deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.
- 8.11** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.
- 9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 9.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3** Serão desclassificadas as propostas:
- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
 - b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
 - c)** estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 9.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 9.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 9.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.
- 10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**
- 10.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 10.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.
- 10.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 1,00 em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 10.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 10.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.8** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 10.9.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 10.9.1** Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.
- 10.9.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.
- 10.10** Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.
- 10.11** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 10.12** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 11 MODO DE DISPUTA ABERTO**
- 11.1** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com

prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

- 11.2** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.
- 11.3** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 11.4** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 11.5** Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
- 11.6** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12 JULGAMENTO

- 12.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço anual, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 12.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 12.3** Nesta fase serão consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 12.4** Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.
- 12.5** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

13 HABILITAÇÃO

- 13.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2 A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.3 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.3.1 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.3.2 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

13.3.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício, quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

13.5.3 Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Comprovação de boa situação financeira, conforme segue:

b.1) Apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b.1.1) Caso constituída a pessoa jurídica há menos de 2 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social;

b.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

b.2) Demonstração dos índices econômico-financeiros, de acordo com o Anexo IV, deste edital:

b.2.1) Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados, maior ou igual a 1, para cada um dos índices mencionados nesta cláusula b.2:

a) Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;

b) Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;

c) Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

b.2.2) A licitante deverá apresentar, preferencialmente em papel timbrado, planilha com os cálculos utilizados para a obtenção dos índices, assinada por profissional habilitado na área contábil.

b.3) Comprovação de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% do valor da proposta final apresentada pelo licitante.

13.5.4 Qualificação técnica

a) A empresa deverá apresentar Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro do prazo de validade, comprovando a existência de responsáveis técnicos devidamente habilitados nas áreas de Engenharia Civil, em conformidade com a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973.

- Certidão de Registro de pessoa jurídica;
- Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica.

Para comprovação de qualificação técnica, a empresa participante deverá apresentar Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, assim como comprovar habilidade apresentando atestados(s) ou certidão(ões) de desempenho anterior de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento) (artigo 67, II da Lei Federal nº 14.133/2021) de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, relativas às de valores significativos, que comprovem, isoladamente ou somados, a execução dos serviços abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE TOTAL	50%
A	Fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e	equipe/mês	10	5*

	desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem			
B	Serviços de capina elétrica realizado através de trator agrícola com capinadeira elétrica.	horas	4.437,36	2.219,00

* Deve ser considerado o fornecimento de 5 equipes x mês pelo período de 1 ano.

Qualificação técnico-profissional

Qualificação técnico-profissional, nos termos do artigo 67 da Lei 14.133/2021, comprovação de possuir no seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior Engenharia Civil, detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s) ou CAU da(s) região(ões), que comprovem a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

a.1) Entende-se por pertinente e compatível o(s) atestado(s) que comprove capacidade de execução de:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID
A	Fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem	equipe/mês
B	Serviços de capina elétrica	horas

	realizado através de trator agrícola com capinadeira elétrica.	
--	--	--

13.5.5 Outros Documentos de habilitação:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

13.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

- 13.6.** A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.6.3 Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.6.4 A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.6.5 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.5.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.6.5.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.6.6 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.6.7 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.8 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas

configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

13.7 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA – CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255;

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

13.7.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

13.8 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

13.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

13.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações

em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8.4 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14 FASE RECURSAL

- 14.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 14.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 14.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 14.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 PREÇO E DOTAÇÃO

16.1 O preço do objeto contratado será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo, se o caso, frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3 O reajustamento do preço observará o previsto no contrato.

16.4 Os recursos necessários para a contratação, onerarão a dotação nº 60.10.15.452.4021.2.339.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 e 12.10.15.452.4021.2.324.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

17 CONDIÇÕES DO AJUSTE

17.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

17.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2 Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.

17.2.1 Como condição para a contratação, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui

pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

17.3 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 10 (dez) dias, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17.4 É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão científicadas para participar da sessão pública.

17.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Subprefeitura Parelheiros.

17.4.3 Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.4.4 Caso frustrada a providência descrita na cláusula 17.4.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.5 Cabe à licitante verificar, no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de contrato (Anexo V) a existência de obrigação de empregar pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional ou mulheres vítimas de

violência doméstica, ou ainda de prestar garantia de execução do contrato.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 18.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

18.3 Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 18.2 à licitante que:

18.3.1 deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

18.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

18.3.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.3.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta

quando exigível;

18.3.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.3.2.4 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.3.3 ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

18.3.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.3.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.3.5.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.3.5.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.3.5.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.3.6 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.7 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.4. Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 18.2 e 18.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5 A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Subprefeitura Parelheiros, representado pelo Sr (a) Subprefeito (a) e deverão ser enviados pelo correio eletrônico parelheiros@smsub.prefeitura.sp.gov.br,
rreimberg@smsub.prefeitura.sp.gov.br e
rodrigossantos@smsub.prefeitura.sp.gov.br

18.6.1 Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição

editância, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

- 18.7** O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

18.7.1 A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.

- 18.8** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 18.9** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 19.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

- 19.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 19.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da

licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

- 19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.
- 19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 19.8.2** Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: licitacaoparelheiros@smsub.prefeitura.sp.gov.br.
- 19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 19.10** Integrarão o contrato, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.
- 19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

- 19.12** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 19.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.14** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 19.15** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 19.16** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico <http://www.prefeitura.sp.gov.br>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 19.17** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 19.18** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.prefeitura.sp.gov.br>.
- 19.19** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.
- 19.20** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 14 de Maio de 2026

EMERSON DA SILVA CARDOZO

Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

PROCESSO :

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem em conformidade e atendendo ao Estudo Técnico Preliminar e as especificações do Termo de Referência

Sumário

1.	Objeto.....	32
2.	Fundamentação da contratação.....	35
3.	Descrição da solução como um todo.....	37
4.	Requisitos da contratação;.....	40
5.	Modelo de execução do objeto.....	41
6.	Modelo de gestão do contrato.....	43
7.	Critérios de medição e de pagamento;.....	48
8.	Forma e critérios de seleção do fornecedor;.....	50
9.	Estimativas do valor da contratação.....	52
10.	Adequação orçamentária;.....	52

1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem em conformidade e atendendo ao Estudo Técnico Preliminar e as especificações do Termo de Referência.

O objeto consiste na Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem que envolvem diretamente a mão de obra para as seguintes atividades:

- a) Conservação, alteamento, troca e rebaixamento de guias; conservação de passeios, canteiros, sarjetas e sarjetões;
- b) Conservação de calçamentos em paralelepípedos, concreto, pedra portuguesa e demais tipos de revestimentos;
- c) Conservação de floreiras, canteiros, escadarias, rampas, muretas, brinquedos e similares em praças e áreas públicas;
- d) Pintura de guias, postes, gradis de pontes e viadutos;
- e) Conservação de bocas de lobo e boca de leão, incluindo troca, nivelamento e assentamento perfeito da tampa da boca de lobo e de tampões de poços de visita;
- f) Conservação e reparos no interior e acessos dos túneis e passagens inferiores, como revestimento das paredes, e sistema de captações de águas pluviais, apoio das vigas de sacrifício;
- g) Alambrados, placas de identificação, "guard-rail", muretas New Jersey; elementos de concreto orientadores do tráfego;
- h) Desfazimento de construções irregulares de alvenaria e madeira; remoção de cercas e demarcações de áreas;
- i) Remoção de materiais de construção, entulhos, restos de construções e grandes objetos, inclusive infraestrutura, colocados, assentados ou construídos irregularmente em áreas de proteção ambiental, margens de córregos e rios, localizadas em vias, logradouros públicos, áreas municipais e imóveis públicos

e privados, com a utilização de equipamentos manuais, mecânicos e/ou hidráulicos e reposição do solo no local;

- j) Remoção do material excedente e restos de entulho; l) demais atividades definidas que se configurem entre as atividades acima.

A prestação de serviços será realizada através de equipes, com composição unitária e formação com os seguintes quantitativos: 1 (um) técnico edificações ou construção civil, 3 (três) pedreiros, 7 (sete) serventes, 01 (um) operador de motosserra para cada 2 (duas) equipes contratadas, e dos seguintes equipamentos: 1 (um) caminhão basculante 4 m³, 1 (um) caminhão carroceria de madeira 8 ton equipado com guindaste muck capacidade de 3 ton, 1 (uma) retroescavadeira com capacidade de caçamba de 0,73 m³ compartilhada o uso entre duas equipes, 1 (um) veículo do tipo VAN, teto alto, 1 (uma) motobomba submersível para cada duas equipes, 01 (uma) Serra circular para corte de concreto profundidade mínima 13 cm, 03 serrotes afiados tipo Marriott ou similar, 1 (um) martelete rompedor compartilhado o uso entre duas equipes, 1 (um) compactador de solo do tipo sapo compartilhado o uso entre duas equipes, 1 (um) compactador manual de placa vibratória reversível 282 kg compartilhado o uso entre duas equipes, 1 (um) tratores de tração agrícola 85CV compartilhado o uso entre cinco equipes, 1 (um) grupo geradores 81 KVA compartilhado o uso entre cinco equipes, 1 (uma) capinadeiras elétricas (equipamento de comutação eletrônica com eletrodos múltiplos para eletrocussão de plantas daninhas) compartilhado o uso entre cinco equipes, com o fornecimento de uniformes, epi's, materiais de sinalização em número suficiente.

MATERIAIS E FERRAMENTAS

Entre os materiais que deverão ser apresentados em quantidade mínima e sempre mantidos para a execução das atividades, conforme segue: 01 (uma) motosserra para cada 2 (duas) equipes contratadas, 04 (quatro) alavancas lisas de 1,50m para guias; 02 (dois) arcos de serra com 10 lâminas para troca por mês; 02 (duas) desempenadeiras de plástico corrugadas; 02 (duas) desempenadeiras de plástico lisas; 04 (quatro) esquadros de aço temperado metálico 12"; 02 (dois) facões de 18"; 02 (dois) machados; 04 (quatro) marretas de 1kg; 04 (quatro) marretas de 5kg; 02 (dois) martelos para pedreiro; 04 (quatro) ponteiros; 04 (quatro) talhadeiras; 02

(dois) tambores / bombonas de 200 litros para transporte de água; 01 (uma) máquina tipo guilhotina para corte de aço até 1/2"; 01 (uma) tesoura para corte de aço até 1/4"; 02 (dois) torquês; 02 (dois) serrotes de 20 "; 02 (dois) martelos tipo carpinteiro; 08 (oito) pás sendo 4 de bico e 4 quadradas; 08 (oito) enxadas; 08 (oito) espátulas; 08 (oito) escovões de aço; 04 (quatro) picaretas; 08 (oito) vassourões; 04 (quatro) carrinhos de mão de pneus com câmeras, em chapa 18 reforçada; 08 (oito) brochas; 10 (dez) cones de sinalização pequenos ($h \geq 500$ mm, peso $\geq 0,5$ kg); 10 (dez) cones de sinalização médios, com orifício central para sinalizador ($h \geq 750$ mm, peso $\geq 1,5$ kg); 06 (seis) cones de sinalização grandes ($h \geq 1.100$ mm, peso ≥ 6 kg - vazio), também conhecido por "conão" ou canalizador do tráfego, com espaço para lastro de areia ou água; 03 (três) sinalizadores visuais rotativos; 10 (dez) cavaletes de madeira tipo CET; 30 (trinta) metros de fita para isolamento tipo CET; 04 (quatro) bandeirolas; 200 (duzentos) metros de tela de polietileno reflexiva para sinalização; 01 (uma) lona plástica (4x30m); 100 (cem) metros de corda com diâmetro mínimo de 12 mm e peso mínimo 100 g/m; 20 (vinte) metros de mangueira de nível (5/16"); 02 (dois) Níveis de mão de alumínio com 50 cm; 02 (dois) Níveis de mão de madeira com 50 cm; 02 (duas) duas trenas de aço de 5m x 19mm; 01 (uma) trena de Nylon \geq ou = 30 metros de fibra de vidro; 06 (seis) rolos de linha de pedreiro; 03 (três) prumos; 06 (seis) colheres de pedreiro, sendo 2 pequenas, 2 médias e 2 grandes; 01 (uma) régua em alumínio com 2,00m; 01 (uma) régua em alumínio com 2,50m; 01 (uma) régua em alumínio com 3,00m; 01 (um) trado manual; 02 (duas) cavadeiras; 03 (três) vangas; 03 (três) chibancas; 06 (seis) metros de corrente 5/16"; 200 (duzentos) metros de linha de pesca 0,100 para alinhamento de guias; 10 (dez) baldes plásticos para concreto 12 litros; 6 (seis) caixas plásticas para argamassa 20 litros, escada de alumínio extensível até 6m; 03 (três) placas de chapas de aço na dimensão de 2,0X3,0 metros, espessura de 18 mm. A lista é sugerida, devendo a contratada disponibilizar todas as ferramentas e materiais de sinalização adequados a cada tipo de serviço a ser executado.

Para os uniformes inicialmente e ao longo do contrato as seguintes quantidades: 14 (quatorze) Uniformes completos; 14 (quatorze) pares de Botas; 13 (treze) Pares de botas de virilha, 11 (onze) Luvas de raspa de couro; 14 (quatorze) Coletes com faixas reflexivas; 14 (quatorze) Capacetes; 14 (quatorze) Óculos de

proteção facial; 14 (quatorze) Capas amarelas reforçadas, para proteção de chuvas; 02 (dois) abafadores de ruído tipo concha profissional.

Todos os itens de uniformes e EPIS deverão ser substituídos a qualquer momento, sempre zelando pela segurança e identificação do funcionário prestador de serviços.

Obriga-se a empresa contratada a substituir, durante a vigência do contrato, os veículos/equipamentos que ultrapassarem 15 (quinze) anos de fabricação e no caso da Van, 10 (dez) anos de fabricação

O contrato será assinado pelo período de 12 (doze) meses, podendo este ser prorrogado por igual período até o limite estabelecido na Lei 14.133/2021 e demais regulamentos.

2. Fundamentação da contratação

A Subprefeitura de Parelheiros necessita dos serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas para cumprir o seu papel de zelar por condições de salubridade, saúde pública, segurança pública e condições de socialização. As vias públicas e os logradouros públicos existentes no distrito de Parelheiros, devido a sua extensão e as atuais condições climáticas, conciliada com o uso e tráfego diário de veículos, tem as suas estruturas e formações modificadas e que precisam de reparo contínuo para que os munícipes continuem a fazer uso.

As áreas públicas necessitam de constantes manutenções, devido ao uso e ações depredatórias por indivíduos que têm o interesse de causar o dano, e com o objetivo de preservar o interesse público as ações rápidas e contínuas são essenciais para se manter as áreas públicas com o mínimo de utilização e entregue a sociedade.

As atuais galerias existentes precisam de constantes manutenção que envolvem a limpeza e em alguns casos a reconstrução da estrutura, fazendo o seu levantamento e se adequado a um novo ambiente causado por condições meteorológicas, entre os dispositivos de drenagem que necessitam da manutenção especializada.

As atividades de desfazimento são auxiliares e importantes para ações que visam coibir práticas ilegais de construção e realização de ações que privam o interesse público comum.

A contratação pretendida é realizada com o uso de equipe, composta por profissionais que têm a expertise necessária e alinhada com a atividade de construção civil e de demolição, o que leva a entender que a contratação será melhor assistida por uma empresa que possua e tenha atividades econômicas de engenharia e ou arquitetura, com as suas atividades legais no órgão que regulamenta a categoria, precisando no ato da apresentação da proposta um responsável técnico que possua a sua habilitação em dia.

Desta forma descrita, permite que seja demonstrada segurança na execução das atividades envolvidas na contratação e rastreabilidade dos profissionais técnicos envolvidos e as atribuições que a empresa precisa cumprir.

O mercado oferece, por meio de empresas especializadas e de maneira direta a mão de obra especializada, o que permite um melhor controle de qualidade e exigências para a realização dos serviços, aliado com o fornecimento de equipamentos que sofrem atualizações constantes e o uso adequado por parte de um profissional que será reciclado a cada ano ou conforme a necessidade.

Neste tipo de contratação é formado o que chamamos de equipes que tem um número de profissionais e de equipamentos, e todos estes passam pela manutenção da contratada, tendo total responsabilidade em todas as esferas, administrativa, civil e criminal.

As atividades desenvolvidas não permitem o parcelamento e são realizadas de forma contínua e trata-se da contratação de serviços que não tem a natureza de divisibilidade.

A contratação demonstra uma vantagem para o município, devido não ter em seu quadro de funcionários, pessoal capacitado para a os serviços e que não se detém de frota própria de veículos e equipamentos capazes de executar as atividades.

Com os avanços tecnológicos, a busca por empresas que possuem a expertise necessária se torna mais prática e permite que a Administração Pública se concentre na entrega de políticas públicas e no atendimento, proporcionando uma gestão transparente e participativa.

Com relação à parte financeira, é flexível o ajuste do contrato nos períodos que ocorrem maior ou menor demanda, adequando-se às reais necessidades do órgão e ao que se dispõem de recursos financeiros.

A contratação dos serviços por meio de empresa especializada permite que as demandas sejam atendidas e que a Administração Pública tenha o foco na gestão de políticas públicas, mantendo a vantajosidade e economicidade neste modelo de contratação que irá permitir transparência no uso dos recursos públicos.

A Subprefeitura possui entre suas atribuições a realização destas atividades que envolvem a zeladoria que está sob sua competência conforme a Lei 13.399 de 2002.

3. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa especializada no fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento devem respeitar toda e qualquer legislação referente a vínculo empregatício, que toda a mão de obra tenha comprovação de que há um vínculo estabelecido entre a pessoa física e a pessoa jurídica contratada, sendo vedada a subcontratação de mão de obra por meio de outra pessoa jurídica.

Os equipamentos utilizados devem ser da empresa e estar sob sua responsabilidade o que possibilita a manutenção por parte de terceiros ou por meio de mão de obra qualificada própria.

A contratada deverá ter um plano de recuperação de atividades em caso de falhas, propondo uma solução que não cause descontinuidade das atividades ou a não realização dos serviços, podendo este ser alterado e replanejado ao longo da execução do contrato, e de comum acordo com o Gestor e Fiscal do contrato.

Todos os veículos e equipamentos pesados devem ter os seus impostos e registros legais em dia junto aos órgãos competentes, e seguro total que deverá cobrir todas as despesas em caso de algum acidente ou eventual dano causado por má operação ou condução.

A empresa deverá manter as condições de habilitação proposta no Edital durante toda a vigência do contrato, sob pena de aplicação de penalidades.

A empresa por meio de um preposto, designado manterão as comunicações administrativas com a Contratante, necessário para a manutenção e busca contínua de melhorias. O responsável técnico, deverá estar vinculado na empresa, por meios legais e em caso de substituição, deverá ser comunicado com a maior brevidade possível.

Nos casos que exigem avaliação técnica presencial, o responsável técnico da empresa deverá fazer as anotações necessárias e demais procedimentos junto aos órgãos competentes, sem nenhum ônus para a Administração Pública contratante.

Os pagamentos serão efetivamente realizados pelo uso que deverá ser registrado em documento a ser denominado como Ordem de Serviço, onde minimamente consta a equipe e sua composição, equipamentos e demais itens utilizados, data, local e período.

As principais atividades da equipe se referem:

- a) Conservação, alteamento, troca e rebaixamento de guias; conservação de passeios, canteiros, sarjetas e sarjetões;
- b) conservação de calçamentos em paralelepípedos, concreto, pedra portuguesa e demais tipos de revestimentos, incluindo o despraguejamento de mato, através dos serviços de capinação elétrica. A capinação elétrica é uma técnica inovadora e sustentável para o despraguejamento de mato, ou seja, a eliminação de plantas daninhas em áreas urbanas, rurais e industriais. Em vez de usar herbicidas químicos, ela utiliza descargas elétricas de alta tensão que atingem diretamente a planta, destruindo tanto a parte aérea quanto as raízes. A utilização da capinadeira elétrica ficará restrita ao despraguejamento de mato na conservação de calçamentos em paralelepípedos, concreto, pedra portuguesa e demais tipos de revestimentos. Seu uso ficará a critério da fiscalização que deverá avisar a empresa com antecedência de 24 horas da necessidade da utilização do equipamento.
- c) Conservação de floreiras, canteiros, escadarias, rampas, muretas, brinquedos e similares em praças e áreas públicas;
- d) Pintura de guias, postes, gradis de pontes e viadutos;
- e) Conservação de bocas de lobo e boca de leão, incluindo troca, nivelamento e assentamento perfeito da tampa da boca de lobo e de tampões de poços de visita;

- f) Conservação e reparos no interior e acessos dos túneis e passagens inferiores, como revestimento das paredes, e sistema de captações de águas pluviais, apoio das vigas de sacrifício;
- g) Alambrados, placas de identificação, "guard-rail", muretas New Jersey; elementos de concreto orientadores do tráfego;
- h) Desfazimento de construções irregulares de alvenaria e madeira; remoção de cercas e demarcações de áreas;
- i) Remoção de materiais de construção, entulhos, restos de construções e grandes objetos, inclusive infraestrutura, colocados, assentados ou construídos irregularmente em áreas de proteção ambiental, margens de córregos e rios, localizadas em vias, logradouros públicos, áreas municipais e imóveis públicos e privados, com a utilização de equipamentos manuais, mecânicos e/ou hidráulicos e reposição do solo no local;
- j) Remoção do material excedente e restos de entulho;
- k) Galerias: Inspeção das condições funcionais do sistema de drenagem, apontados em relatório;
- l) Conservação de galerias de águas pluviais, seus ramais e serviços correlatos;
- m) Conservação dos demais dispositivos de drenagem superficial e subterrâneos junto ao sistema de drenagem: córregos, canais, piscinões e diques;
- n) Conservação de canaletas, caixas de passagem, canaletas simples, canaletas com grelhas, seja na via pública, túneis ou em qualquer logradouro;
- o) Conservação de poços-de-visita: Conservação de bocas-de-lobo e bocas-de-leão;
- p) Recomposição de vala;
- q) Demais serviços de engenharia afetos à conservação e manutenção do sistema de drenagem;
- r) Conservação de Guias e Sarjetas: Remoção do material excedente e restos de entulho para local a ser designado pela PMSP;
- s) demais atividades definidas que se configurem entre as atividades acima.

Os resíduos gerados deverão ser de responsabilidade da Contratada, o recolhimento e a destinação final nos locais que comportam o material.

Durante a execução dos serviços, a Contratada fica obrigada a fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a execução das atividades relacionadas à mão de obra e garantir a segurança da execução dos serviços, principalmente as que estejam relacionadas à segurança da vida humana e as de proteção do bem público e privado.

A contratação se destina a execução dentro dos distritos compreendidos da Subprefeitura Parelheiros, podendo em ocasiões especiais, que podem envolver questões climáticas ou necessidades de ações do Governo e por deliberação do Sr. Subprefeito(a) a destinação para outra parte do Município.

4. Requisitos da contratação;

É necessário que a empresa contratada tenha as suas atividades descritas em atividades econômicas do CNPJ e definidas no contrato social ou documento equivalente, com autorização e comprovação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Conselho de Arquitetura e Urbanismo em dia, que possua em seu quadro de funcionários, responsável técnico que atuará na contratação, capital social dentro do máximo que a lei exige ser suficiente para suportar a contratação.

Comprovação de capacidade técnica com os devidos registros e a rastreabilidade, pelo órgão ou entidade contratante e os órgãos competentes que registram os serviços, usar como parâmetro o tipo de serviço a ser contratado pelo número de equipes para se ter uma base com relação a tempo e manutenção dos serviços.

Possuir e demonstrar plano de contingência para eventuais falhas durante a execução dos serviços, tendo como meta a substituição de qualquer equipamento e/ou funcionários no prazo máximo de 2 (duas) horas.

No momento de apresentação da proposta estar acompanhada de garantia da proposta em conformidade com a legislação vigente e demais instrumentos que permitam a sua verificação de autenticidade.

As empresas não poderão estar constituídas na forma de consórcio:

Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame, devendo cada licitante apresentar proposta de forma individual.

A vedação se justifica em razão da adoção da excepcionalidade prevista no *caput* do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que a natureza do objeto não demanda a conjugação de esforços técnicos ou operacionais de múltiplas empresas, sendo plenamente possível sua execução por uma única pessoa jurídica, sem prejuízo à competitividade do certame.

A admissão de consórcios poderia dificultar a adequada gestão contratual, em razão da necessidade de coordenação entre múltiplas empresas, com potenciais conflitos operacionais, sobreposição de atribuições e maior complexidade na tomada de decisões, o que tende a comprometer a eficiência e a uniformidade na execução dos serviços.

Além disso, a participação consorciada pode trazer entraves à atestação da execução contratual, especialmente quanto à verificação do cumprimento das obrigações, medição de desempenho e certificação dos serviços prestados, uma vez que a divisão de responsabilidades entre consorciadas pode dificultar a identificação precisa dos responsáveis por eventuais falhas ou inconformidades.

Dessa forma, a vedação visa assegurar maior simplicidade na fiscalização, clareza na responsabilização e eficiência na gestão do contrato, em observância aos princípios da administração pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Não se aplicam, no presente certame, os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente aqueles relacionados à preferência de contratação e aos critérios de desempate.

A vedação fundamenta-se no inciso II do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na execução de obras de engenharia, as quais demandam elevada capacidade técnico-operacional, disponibilidade de recursos materiais e humanos especializados, além de estrutura organizacional apta a garantir o cumprimento de prazos, padrões de qualidade e requisitos de segurança.

Ademais, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, a obtenção dos benefícios destinados às microempresas e empresas de pequeno porte está condicionada à observância do limite de receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte, considerando os contratos já celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação. Assim,

considerando que o valor estimado da presente licitação supera esse limite legal, fica vedada a aplicação do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, bem como dos demais benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte.

5. Modelo de execução do objeto

A execução se dará com o emprego de atividades para a equipe e sua composição de materiais e equipamentos necessários, com período de atividade preferencialmente de segunda a domingo com distribuição das escalas e horários.

Os empregados deverão cumprir a sua jornada de trabalho não ferindo nenhuma legislação trabalhista, e garantindo o seu descanso semanal e aos finais de semana.

A administração pública irá instituir a distribuição das equipes para que se mantenham de segunda a sábado o número de 10 (dez) equipes, considerando que no final de semana as equipes poderão trabalhar em regime de escala conforme necessidade.

As equipes deverão estar e disposição para a realização dos serviços às 07:00 com encerramento previsto às 17:00, ou conforme a demanda exigir na realização das atividades, devendo a contratada manter o controle do ponto e horas trabalhadas para não exceder a quantidade pretendida.

Os serviços deverão ser executados diariamente pela contratada, exceto nos domingos e feriados oficiais, atuando em jornada regular de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e turno diário de segunda a sexta feira, com 9 (nove) horas, das quais: 8 (oito) horas efetivamente trabalhadas e uma hora de intervalo para refeição e descanso. No sábado, o turno diário será de 4 (quatro) horas.

Se necessário for, e a critério da Contratante, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicada previamente à Contratada, respeitadas as regras impostas pela legislação trabalhista vigente. Em decorrência desse fato, será admitida a concessão de folga, a fim de compensação por eventual jornada extra.

Para fins do disposto, a Contratada deverá submeter à Contratante, a escala de folgas decorrentes de trabalho em jornada estendida e dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente.

Os horários de trabalho acima mencionados referem-se ao período da efetiva disponibilização das equipes para os serviços, não podendo ser computado o tempo de

percurso de transporte dos funcionários da empresa até a Unidade Contratante, bem como da Unidade Contratante até a empresa.

Nos finais de semana, e conforme a programação de atividades, a Contratada deverá manter as equipes em horário suficiente para a realização das atividades.

Todo o material de construção que a atividade requerer, será disponibilizado pela contratante, como areia, pedra, cimento, ferro, formas de madeiras, itens pré fabricados, tampas de bueiro, guias retas, guias chapéus, concreto usinado e o que for necessário estando disponível e relacionado na Ordem de Serviço.

Cada equipe contará com um técnico de edificações que gerenciará as atividades aprovadas pela contratante e em casos que exigir do responsável técnico da empresa contratada, este estabelecerá comunicação por meio do uso de telefone móvel voz e dados e também com os motoristas e operadores dos equipamentos pesados que também possui o telefone móvel e dados.

Os veículos serão utilizados pela equipe no transporte dos materiais que serão utilizados, e também na retirada dos entulhos, podendo e devendo realizar uma programação para ser dada a destinação adequada nos aterros que serão de responsabilidade da contratada.

O uso dos equipamentos pesados precisa ser planejado, visando a segurança e preservação da vida humana e vida animal, e nos casos de desfazimento uma programação das atividades para que se tenha controle das ações. As atividades deverão ser iniciadas com a Ordem de Serviço, que obrigatoriamente conterá a atividade a ser realizada e o que será necessário para a sua execução.

Durante a execução dos serviços a equipe poderá ser desmembrada para a otimização da mão de obra e dos recursos disponibilizados, devendo o técnico de edificações ter um planejamento para o acompanhamento e seu deslocamento.

6. Modelo de gestão do contrato

Na atual contratação serão definidos os papéis de Gestor do Contrato, Fiscal e Fiscal Suplente por parte da Contratante em Despacho e escolha da Autoridade Competente, tendo como papéis a ser desempenhado pelas atribuições legais definidas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 62.100/2022.

O Gestor do Contrato, entre suas atribuições destaca-se o acompanhamento da saúde do contrato, mantendo os recursos financeiros e alertando sobre a necessidade de complementação ao longo da execução. Propor e acompanhar a aplicação de penalidades e sanções administrativas em caso de apontamentos realizadas pela fiscalização do contrato, manter a comunicação com o preposto e demais representantes da Contratada.

Os Fiscais do Contrato, entre as atribuições destacam-se o acompanhamento das atividades atribuídas para a sua realização, a criação de planejamento das demandas que serão atendidas, criando a priorização conforme a necessidade, verificação dos equipamentos e se estão completos para uso, acompanhamento do descarregamento das imagens e dados de rastreamento, ateste das atividades e horas trabalhadas para o pagamento da empresa, notificar a ausência de equipamentos e operadores, gerar o processo de pagamento com os documentos exigíveis, realizar o registro de possíveis não conformidades e descumprimento de atividades contratadas.

O registro para possíveis irregularidades deverão ser feitas por meio de relatório descritivos que contenham o número da ordem de serviço, data, hora, local, ocorrência, personagens envolvidos, se possível registro fotográficos e filmagens, que em caso de ocorrer durante a execução, serão extraídas dos arquivos armazenados.

Caso seja relato por terceiros, este deverá ter o cuidado para apresentar um relatório e que inclua neste o maior número de informações essenciais para se entender a situação e os envolvidos.

Serão nomeados um funcionário como Fiscal Titular, que atenda as exigências legais, se possível, e um segundo funcionário como Fiscal Suplente que poderá substituir o Fiscal Titular em casos eventuais como por exemplo férias.

As atribuições da Contratante ficam representadas após a designação da Gestão e Fiscalização do Contrato e podendo estas sofrer manutenção por meio da Autoridade Competente.

Toda a comunicação entre a Contratada e Contratante deverão ser realizadas por meio eletrônico, e-mail que servirá como documento e que o registro de recebimento poderá ocorrer de forma eletrônica ou por meio de resposta dando um “Recebido”.

A Comunicação realizada por meio de troca de mensagens em algum aplicativo, em caso de mudança significativa, deverão ser formalizadas por meio de e-mail.

A Contratada para evitar descontinuidade da comunicação fornecerá no ato da assinatura do ajuste ou na apresentação do preposto, endereços de e-mails que poderão ser direcionados para a Gestão de Contratos e os e-mails da Fiscalização de Contratos.

Os telefones fixos e móveis institucionais serão fornecidos para que o maior número de canais seja adotado em caso de resolução de conflitos e de mudanças.

Toda e qualquer alteração no contrato será realizada por meio formal e com a anuência e se o caso requer Despacho da Autoridade Competente.

Todas as atividades descritas até o momento são complementares ao que já está determinado por meios legais, podendo a Gestão de Contrato e a Fiscalização de Contratos adotar medidas que suportem e sustentem as suas atividades.

A Fiscalização de Contratos tem como objetivo aferir de maneira objetiva se o que foi contratado nos serviços foram executados de forma satisfatória e com as técnicas de uso do equipamento, para que não ocorra o retrabalho causando dispêndio de recursos.

A Gestão de Contratos a cada início de exercício e nos casos de possível prorrogação, observará se a Contratada mantém as condições de habilitação, sendo observada a regularidade jurídica, recolhimentos tributários fiscais, trabalhistas e previdenciário, acompanhar manutenções de revisão, reajustes e repactuações, e ações corretivas e administrativas para qualquer inadimplemento.

Fornecimento de recebimento provisório e definitivo, desde que realizada as exigências legais.

Emissão de Atestado de Capacidade Técnica, desde que superado e atendido as exigências de serviços prestados, sendo anotados todas as eventuais penalidades atribuídas.

As solicitações adicionais, deverão ser formalizadas por meio de Ofício e endereçado para a Gestão de Contrato e recolhimento dos emolumentos que casa caso exigir.

Toda e qualquer dúvida sobre procedimentos fiscalizatórios devem ser direcionados para a Gestão de Contratos, que tem entre as atribuições coordenar as atividades administrativas.

Acompanhamento de documentos que são essenciais para a regularidade da empresa pertinentes para a assinatura do contrato, formalização para prorrogação e/ou alteração, pagamento e procedimentos para a eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato.

A aplicação de sanções administrativas são as delineadas nos art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/2021, no que couber

Nas aplicações de sanções administrativas, sempre deverá ser observado o grau, que pode se estender para inexecução parcial a total do contrato.

As sanções administrativas se caracterizam por advertência escrita, aplicação de multa, impedimento de contratar, impedimento de licitar e declaração de idoneidade.

Serão aplicadas advertências escritas nos casos que

Ocorrer atrasos para inícios dos serviços.

Atraso de funcionário para início das atividades.

Funcionário se ausentar sem justificativa no horário de trabalho.

Trabalho não realizado no período programado e acordado.

Atraso de transporte para o equipamento.

Ausência de registro de atividades diárias.

Ausência/Falha no equipamento de rastreamento.

Ausência/Falha no equipamento de gravação.

Ausência de cumprimento das obrigações trabalhistas.

Será sempre observado que se limita a uma aplicação, em caso de reincidência, deverá ser aplicada a multa.

Nos casos de multas será observado o grau que se atingiu ao deixar de fazer determinada atividade programada.

A aplicação de 5 % (cinco) sobre o valor do equipamento dia será aplicado nas seguintes situações.

Equipamento estiver fora de operação até o limite de 2 (duas) horas.

Operador não assumir o equipamento no horário programado, até o limite de 2 (duas) horas.

Deixar de fazer o registro da atividade executada.

Não tiver a operação confirmada do dispositivo rastreamento até o limite de 3 (dias), sendo cada dia o valor de 5%.

Não tiver a operação confirmada do dispositivo câmera até o limite de 3 (três) dias, sendo cada dia o valor de 5%.

Não ocorrer a substituição de equipamento no prazo de até 2 (duas) horas. Casos que podem ser considerados leves e não relacionados acima e que de maneira equilibrada conseguem ser tratados e saneados pela Administração Pública.

A aplicação de 10 % (dez) sobre o valor do equipamento dia será aplicado nas seguintes situações.

Equipamento estiver fora de operação até o limite de 4 (quatro) horas.

Ausência de operador para a realização de atividade programada ou agendada.

Ausência de dispositivo do tipo rastreamento, sem comprovação de atividade e por não registro durante o trabalho.

Ausência de dispositivo do tipo câmera, sem comprovação de registro durante o trabalho.

Falta de combustível durante o trabalho programado.

A aplicação de 30 % (dez) sobre o valor do equipamento dia será aplicado nas seguintes situações.

Equipamento estiver fora de operação superior a 4 (quatro) horas e inferior a 8 (oito) horas.

A aplicação de 3 % (três) sobre o valor mensal do contrato será aplicado nas seguintes situações.

Não pagamento das obrigações com os funcionários, dentro dos prazos estipulados por lei, vale transportes, vale alimentação, cesta básica, salários e demais vantagens.

Ausência de equipamento por um período superior a 3 (três) dias até o limite de 15 (quinze) dias.

O contrato poderá ser extinto unilateralmente quando a Contratada não demonstrar capacidade de cumprir as suas obrigações, conforme descrito.

Por prazo superior a 15 (quinze) dias não manter os equipamentos em pleno funcionamento.

Não manter as suas condições de habilitação.

Demonstrar falta de pagamento das obrigações trabalhistas.

Demonstrar falta de pagamento dos impostos e tributos essenciais para a manutenção do contrato.

Causar prejuízo a municipalidade e/ou a terceiros e não efetuar o devido ressarcimento.

As sanções podem ser cumulativas, devendo os registros serem dosados conforme o grau de não cumprimento das atividades contratadas ou da não manutenção da condição de habilitação.

Toda e qualquer possível aplicação de sanção administrativa, correrá pela esfera processual, com os prazos legais e transparência que se requer.

7. Critérios de medição e de pagamento;

A medição será realizada de forma mensal, juntando todas as Ordem de Serviços ou documento similar que determinou a realização da atividade.

Deverá ser emitida uma solicitação de pagamento, contendo de forma detalhada a atividade de cada equipamento, data, hora, local, operador.

A medição com todas as atividades deverá ser encaminhada ao Fiscal do Contrato que irá fazer as devidas observações e comprovações, se necessário de atividades realizadas pelos equipamentos.

A medição deverá conter a linha dia com o horário de início de operação/disponibilização do equipamento e final de operação/disponibilização do equipamento.

Campo na linha que identifique a origem da atividade Ordem de Serviço ou Determinação de Ordem Superior.

Atividades especiais poderão ser identificadas como Operação Fiscalizatória, Apoio ao MP, Atendimento Judicial, Judicialização.

As medições deverão estar acompanhadas da ordem que originou a atividade, podendo este ser uma Ordem de Serviço, Ofício, Documento Judicial ou e-mail de Autoridade.

O valor devido mensal será o total das horas que efetivamente foram trabalhadas e que o equipamento estava disponível para uso.

O limite de horas a serem pagas é o que está definido no TR.

As horas poderão ser compartilhadas entre os equipamentos.

Caso um mês exceda o número de horas, estas poderão ser descontadas de meses à frente.

Horas não utilizadas poderão ser aproveitadas por um outro equipamento com mesmas características, se solicitado pela Gestão do Contrato.

Caso de equipamento para a utilização de horas, estes serão apresentados no momento da medição em planilha consolidada com o equipamento já existente.

Após a aprovação da medição e com o valor total mensal confirmado a receber a empresa deverá emitir a nota fiscal ou documento equivalente, e encaminhar para o fiscal do contrato acompanhado dos seguintes documentos, em formato digital.

Solicitação de Pagamento.

Nota fiscal e/ou documento equivalente.

Medição aprovada.

Ordens de Serviços ou documentos originários da atividade.

Relação atualizada de empregados.

Folha de frequência.

Folha de pagamento.

Guia do FGTS.

Relatório de conferência “Detalhe de guia emitida” do FGTS Digital.

Protocolo da DCTF WEB para comprovar o recolhimento da Contribuição Previdenciária.

DARF gerado na DCTF WEB e seu respectivo pagamento com referência a contribuição previdenciária do INSS.

Comprovante de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário.

Comprovante de pagamento de vale transporte.

Recibo de concessão e pagamento de férias.

Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços.

No pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

Documentos exigidos na Portaria SF 275/2024 e suas atualizações.

Os pagamentos serão realizados de forma mensais, sendo que contará 30 (trinta) dias a partir da data da entrega da documentação exigida para pagamento.

O prazo será contado a partir do aceite de toda a documentação, caso precise fazer alguma complementação, a data passará a ser a última que completar a entrega do documento.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor;

Licitação com o uso da modalidade Pregão, critério de julgamento da proposta menor preço, modo de disputa aberto, sendo realizada de forma eletrônica.

Atenda as exigências de entrega da proposta, dentro do sistema Compras GOV. Que recolha e apresente a garantia da proposta.

Será permitida a participação de empresas que não estejam enquadradas nas vedações de participação do art. 14 da Lei 14.133/2021 e cooperativas que não ocorra desacordo do Decreto Municipal 62.100/2022 no art. 9º e art. 10º.

As empresas na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte poderão participar desde que cumpra a Lei Complementar 123 e suas atualizações e demais dispositivos legais, mas, não serão concedido os benefícios da Lei Complementar, tendo em vista que os valores da contratação ultrapassam o rendimento do enquadramento.

A adjudicação do objeto se dará pelo valor total global de todos os itens para um único fornecedor, sendo avaliado o menor preço ofertado do valor total global para a contratação pretendida.

A habilitação da empresa se dará por meio da avaliação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômica-financeira, como demonstração de que possui as condições para se assumir o contrato.

Sobre a habilitação jurídica, será observado o que se exige na atual legislação, limitando-se ao que é exigido para este fim.

Na questão de habilitação técnica, será necessário que a empresa apresente atestados de capacidade técnica que comprove a sua expertise e capacidade de gestão de um contrato com esta quantidade de equipamentos, declarando que foram executados a contento e satisfatoriamente, até o limite permitido que a legislação permite.

A habilitação fiscal, social e trabalhista deve ser exigida com a finalidade de garantir que a empresa está em condições de assumir a contratação e que não tenha impedimento de assinar qualquer tipo de contrato com a Administração Pública, estendendo a pesquisa, conforme a legislação permitir aos sócios e os limites permitido.

A parte econômica e financeira deve ter a sua demonstração exigida por meio de capital social, visado garantir que a empresa terá condições de assumir a contratação e todas as circunstância que poderão ocorrer durante a execução, exigências que deverão estar de acordo com os limites legais.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, será exigido para habilitação técnica que seja uma empresa especializada que tenha as suas atividades registradas no Conselho de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Será necessário no momento da apresentação da proposta que seja vinculado um responsável técnico e este deverá ter o seu cadastro em plena atividade e ter a vinculação com a empresa.

Serão exigidos atestados de capacidade técnico e operacional no limite que se permite na legislação, sendo necessário que a empresa demonstre que já realizou e

gerenciou atividades igual ou semelhantes ao do objeto e que o profissional vinculado tem a expertise de execução.

A legislação Federal nº 14.133/2021 nos arts. 62 a 70 demonstra de maneira clara o que pode ser exigido para fins de habilitação.

A proposta deverá ser apresentada com todos os custos envolvidos, manutenção, reposição, substituição e já incluir no valor a contratação dos profissionais envolvidos com os encargos sociais e trabalhistas.

Em sua proposta, deverá aparecer o valor unitário da hora de todos os itens e o valor final para a composição de uma equipe, o valor total para 12 (doze) meses, o valor total para 24 (vinte e quatro) meses.

Os valores ofertados devem ser apresentados sempre com duas casas decimais.

A proposta deverá apresentar ao valores para contratação total de 10 (dez) equipes e compreender um valor de 12 (doze) meses.

A proposta deverá estar acompanhada de planilha com o detalhamento de valores que compõem a contratação do operador do equipamento, do motorista, dos profissionais envolvidos que são o técnico de edificações, pedreiros e serventes, respeitando o piso salarial da categoria.

As propostas precisam estar dentro do limite total global estimado para esta contratação que será apurado a partir do uso de equipamentos na Tabela de Custos da SIRUB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras.

Na composição dos valores globais, serão utilizados os valores dos equipamentos correspondentes realizado os cálculos para os valores totais e globais.

Na licitação eletrônica, a seleção da melhor oferta, será realizada eletronicamente e por meio de ordenação, já definida pelo Compras GOV e na etapa de lances, as empresas melhores classificadas poderão realizar as ofertas dentro do prazo estipulado no sistema.

9. Estimativas do valor da contratação

Para fins desta contratação os valores serão estimados a partir da tabela de custos emitido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), ao se tratar dos equipamentos empregados na contratação.

Os profissionais envolvidos terão os valores apurados levando em consideração o piso mínimo da categoria e demais vantagens imposta pela legislação.

10.Adequação orçamentária;

A dotação para se assumir o compromisso já está devidamente planejada nas obrigações da Subprefeitura, sendo peça do orçamento anual do órgão.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

PROCESSO :

OBJETO: Contratação de..... conforme especificações constantes do
Anexo I do Edital.

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob
no, estabelecida
na....., no....., telefone/fax
nos....., e-mail....., propõe o
fornecimento do objeto descrito no Anexo II – Termo de Referência de Pregão
Eletrônico nº XXXXXXXX, nas seguintes condições:

ITE M	QT D	OBJETO	VALOR UNIT. EQUIPE/MÊ S	VALOR TOTAL MENSAL
1	10	Fornecimento de equipes técnicas para execução de serviços de manutenção de vias públicas, logradouros e áreas públicas, incluindo atividades de conservação e desfazimento, conservação de galerias e dispositivos de drenagem	R\$	R\$
			TOTAL 12 (doze)	R\$

OBS.: Para fins de lances na sessão de pregão será considerado o MENOR PREÇO GLOBAL (12 meses) que se refere ao resultado, conforme regula o Edital.

PREÇO 12 (DOZE) MESES: R\$(.....) (em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso).

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60(sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: AG: CC:

DAS DECLARAÇÕES

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal no 14.133/2021 Lei Complementar no 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos no 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de contratação de serviços que porventura existente, bem como que prestará os serviços de acordo com as especificações técnicas (Anexo II do Edital), respeitando todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

São Paulo, de de 2026.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

PROCESSO :

ANEXO II "A"

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA ORÇAMENTARIA

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR LOGRADOUROS + CONSERVAÇÃO								
MÃO DE OBRA								
FONT E	CÓDIG O	DESCRIÇÃO	UNIDAD E	QTD E	HORAS PRODU T	ADICIONA L (%)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Técnico em Edificações ou Construção Civil	H	1,00	184,89	-		-
		Pedreiro	H	3,00	184,89	-		-
		Servente	H	7,00	184,89			-
		Operador de Motosserra	H	1,00	92,45	-		-
SUBTOTAL - MÃO DE OBRA =								R\$ -
FONT E	CÓDIG O	MATERIAIS					QTDE	VALOR MENSAL
-	-	Materiais, EPIs e EPCs, ferramentas e uniformes					5,00%	R\$ -
SUBTOTAL - MATERIAIS =								R\$ -
VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS								
FONT E	CÓDIG O	DESCRIÇÃO	UNIDAD E	QTD E	HORAS PRODU T	HORAS IMPRODU T	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		CAMINHÃO BASCULANTE - 4 M3	H	1,00	92,45	-		R\$ -
					-	92,45		R\$ -
		CAMINHÃO MB - ATEGO 1419/48 - 4800 M/M - DIESEL - COM CARROC. MAD. DE LEI CAP. 8T E GUINDASTE MUNCK PK 7.001 SLD 1	H	1,00	92,45	-		R\$ -
					-	92,45		R\$ -
		RETROESCAVADEIRA	H	1,00	92,45	-		R\$ -
		VAN	H	1,00	184,89	-		R\$ -
		BOMBA SUBMERSÍVEL FLYGT - BS 2620 MT (3,6HP)	H	1,00	92,45			R\$ -
		SERRA CIRCULAR S/ DISCO	H	1,00	184,89			R\$ -
		ROMPEDOR	H	1,00	92,45			R\$ -
		COMPRESSOR PORTÁTIL	H	1,00	92,45			R\$ -
		COMPACTADOR DE SOLO	H	1,00	92,45	-		R\$ -

		PLACA VIBRATORIA	H	1,00	92,45	-		R\$ -
		TRATOR DE TRAÇÃO AGRICOLA 85 CV VALTRA A 850 - 4X4	H	1,00	36,98			R\$ -
		GRUPO GERADOR 81 KVA	H	1,00	36,98			R\$ -
		CAPINADEIRA ELETRICA	H	1,00	36,98			R\$ -
		MOTOSSERRA	H	1,00	92,45			R\$ -
		BANHEIRO QUIMICO+ CARRETINHA + APOIO	H	1,00	1,00			R\$ -
SUBTOTAL - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS =								R\$ -

RASTREAMENTO								
FONT E	CÓDIG O	DESCRIÇÃO	UNIDAD E	QTD E	HORAS PRODU T	HORAS IMPRODU T	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		RASTREAMENTO	UN	4	-	-		R\$ -
		PLANO MENSAL	UN	4	-	-		R\$ -
		APARELHO DE TELEFONIA	UN	5	-	-		R\$ -
		DADOS	UN	5	-	-		R\$ -
SUBTOTAL - INFRAESTRUTURA TRABALHISTA =								R\$ -

RASTREAMENTO								
FONT E	CÓDIG O	DESCRIÇÃO	UNIDAD E	QTD E	HORAS PRODU T	HORAS IMPRODU T	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	-	Sistema de Gestão de Zeladoria (SGZ)	Unidade	1	-	-	R\$ 92,00	R\$ 92,00
SUBTOTAL - SGZ =								R\$ 92,00

RESUMO	
SUBTOTAL - MÃO DE OBRA =	R\$ -
SUBTOTAL - MATERIAIS =	R\$ -
SUBTOTAL - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS =	R\$ -
SUBTOTAL - INFRAESTRUTURA TRABALHISTA =	R\$ -
SUBTOTAL =	R\$ -
BDI =	R\$ -
SUBTOTAL - SGZ =	R\$
VALOR MENSAL - POR EQUIPE =	R\$
QTDE DE EQUIPES	10,00
PREÇO TOTAL ANUAL	



PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO:

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ (empresa) inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____
DECLARA:

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 5)** estar ciente sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

(local do estabelecimento) , de _____ de 20..

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

PROCESSO :

ANEXO IV

CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

(especificar os coeficientes para cada um dos índices).

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG):} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº [●]/

PROCESSO ELETRÔNICO Nº [●]

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através de (órgão)

CONTRATADA: [●]

CNPJ Nº [●]

OBJETO: [●]

VALOR UNITÁRIO: R\$ [●] ([●]).

VALOR TOTAL: R\$ [●] ([●]).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: [●]

NOTA(S) DE EMPENHO: [●]

O Município de São Paulo, por meio da (órgão), com sede na (endereço), na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº (número), neste ato representado(a) por (nome e função), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) (nome contratada), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº (número), sediado(a) na (endereço), doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa e procuração apresentada nos autos (se for o caso), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é (descrever objeto), conforme especificações do Termo de Referência e nas condições estabelecidas neste contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital da Licitação;
- 1.2.3.** A Proposta da CONTRATADA;
- 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de (inserir prazo da prestação do serviço, em meses ou anos), prorrogável na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que: (i) haja concordância das partes; (ii) a CONTRATADA haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações; (iii) pesquisa de preço revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

2.1.1 Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

2.1.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. Não obstante o prazo estipulado na cláusula 2.1, a vigência contratual após o primeiro aniversário do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas, ou quando o contrato não mais oferecer vantagem à contratante, nos termos do art. 106, III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA: (i) estiver em situação irregular no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL; ou (ii) tiver sido apenada nas sanções de declaração de inidoneidade para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, ou de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, observadas as abrangências de aplicação e o disposto no art. 113 do Decreto 62.100/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. As condições de execução e recebimento do objeto, incluindo a periodicidade da aferição, quantitativos, e os dias e locais de prestação do serviço, constam no Termo de Referência (Anexo do Edital de Licitação), que integra este contrato.

3.2. A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.

3.3. Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do que foi executado no período de aferição definido no Termo de Referência, o qual será apresentado pela CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se a parcela do objeto foi executada a contento.

3.4. O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

3.5. Em caso da identificação de serviços ou insumos a eles associados que não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, a CONTRATADA responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da regularização, se o caso, , no prazo de (*indicar o prazo*), bem como se compromete a sanar todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.

3.6. Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.

3.7. O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor ... (*mensal, ou outra unidade de medida, a depender do objeto e da proposta do contratado*) estimado da presente contratação é de R\$, totalizando o valor contratual de R\$ (*calcular e inserir valor*), para todo o período de vigência do contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: *(indicar a dotação orçamentária correspondente)*

5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, pela CONTRATADA, da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.

6.2. Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

6.4. Havendo atraso nos pagamentos por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.

6.4.1 A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

6.6. Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.

6.7. Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.8. O pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, em decorrência da extinção ou da rescisão do contrato, ficará condicionado, sem prejuízo dos demais documentos exigidos em norma da Secretaria Municipal da Fazenda, à apresentação de cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou à comprovação da realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

6.9. Na hipótese de inadimplemento de obrigações trabalhistas ou previdenciárias, o pagamento, a critério da CONTRATANTE, poderá ser feito em conta vinculada ou diretamente aos empregados da CONTRATADA, sendo que, em tal hipótese:

6.9.1. a CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE os credores e os valores devidos, responsabilizando-se integralmente por quaisquer informações equivocadas;

6.9.2. a CONTRATADA permanecerá responsável por qualquer ônus legal ou contratual ou ainda por qualquer débito remanescente decorrente do inadimplemento;

6.9.3. o pagamento realizado na forma prevista nesta cláusula será entendido para os fins deste Contrato como pagamento à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo

ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados.

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas, no Termo de Referência, no Edital de Licitação e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;

8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;

8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;

8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;

8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;

8.1.8. aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

8.1.9. exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;

8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;

8.1.11. receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2. A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo CONTRATANTE e conforme as disposições do Edital de Licitação, do Termo de Referência e deste contrato;

9.1.2. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;

- 9.1.3.** manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o presente instrumento, oferecendo, sempre que necessário e mediante justificativa da CONTRATANTE amostras para análise da conformidade, assumindo o ônus das análises;
- 9.1.4.** empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- 9.1.5.** enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, cuja quantidade deve ser compatível com as obrigações previstas no Termo de Referência;
- 9.1.6.** cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do produto fornecido ou do serviço prestado;
- 9.1.7.** responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- 9.1.8.** executar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;
- 9.1.9.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.10.** comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até (*indicar o prazo*), para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;
- 9.1.11.** manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.12.** assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.13.** assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;
- 9.1.14.** cumprir, quando exigível, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional ou mulheres vítimas de violência doméstica);

9.1.15. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.16. comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

9.1.17. cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.1.18. comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização;

9.1.19. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

9.1.20. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para que obtenham os extratos dos recolhimentos de suas contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos seus depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

9.1.21. demonstrar, em até 30 (trinta) dias, contados do início da execução do respectivo contrato, que possui sede, filial, escritório ou preposto à disposição dos empregados e da Administração Pública no Município ou na região metropolitana onde serão prestados os serviços;

9.1.22. apresentar, quando solicitado pela Administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

10.1.1 Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

10.1.2 Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

10.2. O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”

10.3. Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

- a)** Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.
- b)** manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.
- c)** Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d)** Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
- e)** Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
- f)** A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.
- g)** Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.
- h)** A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:
 - h.I** - os dados se tornarem desnecessários;
 - h.II** - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;
- i)** A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa

autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

10.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

10.4.1 Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 10.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I** – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;
- II** – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;
- III** – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;
- IV** – descrição das possíveis consequências do incidente;
- V** – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;
- VI** – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;
- VII** – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

10.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

10.4.3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares

afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

10.5 A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

10.5.1. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

- I – confirmação da existência de tratamento;
- II – acesso aos dados pessoais;
- III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- V – informação sobre compartilhamento de dados;
- VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

10.5.2. A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

10.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

10.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

10.6.1. A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

10.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

10.7 A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$ (indicar valor), correspondente ao importe de (indicar percentual) **[até 5% (cinco inteiros por cento)]** do valor do contrato para o período de 1 (um) ano, sob qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA apresentá-la no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da data da assinatura deste contrato, nos termos do art. 125, §1º, do Decreto nº 62.100/2022.

11.1.1 O seguro-garantia ou fiança bancária deverão observar os requisitos e parâmetros previstos na Portaria SF nº 338/2021 e alterações.

11.2 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar ou renovar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre ao mesmo percentual previsto na cláusula 11.1.

11.3. O não cumprimento do disposto nas cláusulas 11.1 e 11.2 ensejará aplicação das penalidades previstas neste contrato.

11.4. A garantia poderá ser utilizada para satisfazer quaisquer débitos, perdas ou danos decorrentes da execução deste contrato, sofridos pelo CONTRATANTE ou por terceiros, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial deste contrato e as multas aplicadas à CONTRATADA, bem como débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados alocados na prestação do serviço objeto deste Contrato..

11.5. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da CONTRATADA, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.

11.5.1 Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do CONTRATANTE, a garantia será retida, e poderá ser utilizada para garantia do juízo.

11.6. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7 A garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de (.....) dias (*considerar o prazo necessário entre o término da execução contratual e o tempo necessário para o Recebimento Definitivo*), para além do prazo estimado para encerramento da execução do contrato pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E PENALIDADES

12.1. O descumprimento do contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

12.2. Multa 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado no início da prestação dos serviços, até o máximo de 15% (quinze por cento).

12.2.1. No caso de atraso injustificado por período superior a 15 (quinze) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a multa prevista na cláusula 12.4.

12.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada.

12.4. Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

12.4.1. Na mesma multa incorrerá a CONTRATADA quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela CONTRATANTE.

12.5. Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD): até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 12.12.

12.6. Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto na cláusula 2.1.1 deste contrato, esta ficará sujeita à multa de até 2% do valor do contrato, observados os critérios previstos na cláusula 12.12.

12.7. Multa por descumprimento de obrigações trabalhistas ou previdenciárias: 5% (cinco por cento) sobre o montante inadimplido.

12.7.1. Caso, no mês(es) seguinte(s), haja novo inadimplemento, será(ão) aplicada(s) nova(s) multa(s), de modo a manter a relação percentual prevista na cláusula 12.7.

12.7.2. Na hipótese da CONTRATADA informar o inadimplemento antes da sua ciência pela CONTRATANTE, a multa será reduzida para 1% (um por cento) do montante inadimplido, caso em que a CONTRATADA deverá apresentar e se comprometer com um plano de regularização das obrigações trabalhistas para o seu cumprimento integral, incluindo ônus previstos na legislação, no prazo máximo de 3 (três) meses.

12.7.3. Em situações excepcionais, o prazo máximo previsto na cláusula acima poderá ser prorrogado pela CONTRATANTE.

12.7.4. A multa prevista na cláusula 12.7.2 poderá ser substituída por advertência em caso de inadimplemento pontual e não significativo.

12.9. Multas por descumprimento de obrigações contratuais específicas, considerando o tipo e graus da infração previsto na Tabela 1 e o respectivo valor, previsto na Tabela 2:

Tabela 1

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência

8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

Deixar de:

12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência
19	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital e seus anexos.	1	Por empregado e por dia
20	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
21	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos	2	Por ocorrência e por dia

	trabalhistas.		
22	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	4	Por ocorrência
23	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
24	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia
25	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
26	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
27	Cumprir o programa periódico de manutenção preventiva, quando determinada em contrato.	3	Por item e por ocorrência
28	Cumprir a cota mínima de contratação de pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica ou egressos do sistema prisional, <u>nas hipóteses em que ela for aplicável</u> , conforme previsto no Termo de Referência e neste Contrato, ou de prestar as informações acerca do desligamento de beneficiários da cota.	3	Por pessoa não contratada e por mês, após descumprimento de notificação para regularização no prazo de 30 dias.
29	Participar de capacitação em Direitos Humanos e Cidadania oferecida pelo Município, presencialmente ou por meio de plataforma online, <u>nas hipóteses de obrigatoriedade</u> de contratação de pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica ou egressos do sistema prisional.	2	Por mês, após descumprimento de notificação para regularização no prazo de 30 dias ou outro assinalado pela autoridade.

Tabela 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

12.10. Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste, não capitulada em cláusula específica: de 3% (três por cento) a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato, observados os critérios da cláusula 12.12.

12.10.1. Na hipótese desta cláusula 12.10, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

12.10.2. Persistindo a infração, a multa prevista nesta cláusula poderá ser aplicada novamente nos meses seguintes, até a regularização da situação.

12.11. Considerando os critérios previstos na cláusula 12.12, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:

a) da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) da pena de inidoneidade por no mínimo 3 (três) anos e no máximo 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.12. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.13. As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades, nem a rescisão do Contrato, a critério do CONTRATANTE.

12.14. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da CONTRATADA.

12.14.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela CONTRATADA.

12.14.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.14.3. Se o valor das faturas devidas à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

12.14.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.14.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.15. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto nº 62.100/2022.

12.16. A CONTRATANTE, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta), em advertência, observados os critérios da cláusula 12.12.

12.17. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

12.18. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei

Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

14.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.

18.1.1 Caso a controvérsia seja submetida à Câmara de Solução de Conflitos da Administração Municipal, haverá a incidência do preço público previsto na Portaria PGM nº 26/2016.

18.2 Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

[Local] [●], [dia] [●] de [mês] [●] de [ano] [●].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- [●]

2- [●]